



**“infructuosi (in) negotiis”: Problemas e debates acerca das causas econômicas das perseguições aos cristãos entre II e III d.C. no Apologeticum de Tertuliano. Estudos Preliminares<sup>1</sup>**

Marcos José de Araújo Caldas<sup>2</sup>

Prof. Doutor (UFRRJ)

<http://lattes.cnpq.br/0462102982176400>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo discutir, a partir da obra *Apologeticum* de Quinto Septimo Florens Tertuliano (160 – 220 d.C), em que grau os problemas relacionados à Economia do Império Romano no século III d.C. podem nos ajudar a entender as perseguições aos cristãos neste mesmo período.

**Palavras-Chave:** Perseguições aos Cristãos; Cristianismo Primitivo; Economia do Império Romano

**Abstract:** This article aims to debate, based on the work *Apologeticum* of Q. S. F. Tertullian (A.D. 160-220), how far or deep the issues concerning to the Economy of Roman Empire in the third century A.D. may help us to understand the persecutions against Christian at this time.

**Key Words:** Persecutions against the Christians; Early Christianity; Economy of Roman Empire.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho representa parte dos resultados do projeto de pesquisa ora em curso intitulado „*infructuosi (in) negotiis*“ *Die wirtschaftlichen Motivationen der Christenverfolgungen in den römischen Provinzien zur Kaiserzeit* (Motivações econômicas das perseguições aos cristãos nas províncias romanas no período imperial). Krise des 3. Jahrhunderts. Órgãos Financiadores (CAPES\DAAD - Alemanha).

<sup>2</sup> Professor Adjunto IV de História Antiga. Departamento de História e Economia. Instituto Multidisciplinar - UFRRJ Nova Iguaçu.

## I - Apresentação

“Apologista”, explicar Richard A. Norris, Jr, “foi um termo aplicado aos cristãos do período primitivo e denota uma série de autores que no curso do segundo século compuseram e fizeram circular palavras e demandas (cf. Justin. I Apol. I, 1: *prosfonesin kai enteuxin - profw`nhsin kai` e)`nteucin*) a imperadores e a outras autoridades públicas em nome de seus companheiros cristãos”<sup>3</sup> (Norris, 2008, pg. 36). Segundo este autor, os apologistas tinham por objetivo persuadir estas mesmas autoridades de que as perseguições locais eram injustas, desnecessárias e inócuas (Idem), e em seu limite, completa o autor, as apologias procuravam refutar as diferentes críticas ao cristianismo e demonstrar a superioridade da fé crista sobre as demais crenças (Idem). Este tipo de gênero discursivo cristão floresceu no início do século II d.C.<sup>4</sup> (Ibidem) e ao longo de todo este século manteve-se restrito a autores de fala grega. Apenas no final do século II d.C. e na virada para o século III d.C. é que autores de cepa latina começaram a advogar com mais veemência a crença cristã. Entre escritos que podemos situar com relativa segurança como um dos primeiros apologetas cristãos latinos está Quinto Septimo Florens Tertuliano (160 – 220 d.C) e entre seus primeiros textos, composto entre os anos de 197\198 d.C, está o *Apologeticum*<sup>5</sup>, uma longa e bem cuidada peça retórica, com várias passagens do Antigo Testamento, em defesa do cristianismo. Dele podemos extrair e examinar com atenção vários aspectos da vida cotidiana dos cristãos dos primeiros séculos, suas crenças, temores, modos de vida etc. Não nos interessa aqui, por este momento, prolongarmos nossa análise sobre o *Apologeticum*, mas apenas ressaltar sua riqueza de detalhes para além do mero discurso laudatório em justificativa à crença cristã. Contudo, uma passagem merece ser examinada mais de perto porque põe em relevo um tema ainda pouco tratado nos estudos acerca do cristianismo primitivo: as relações de interdependência entre Economia e Religião primitivas.

Nesta passagem o autor rebate o que parece ser uma recorrente acusação imputada aos cristãos: a de que os seguidores de cristo são *infructuosi in negotiis* (lit. infrutuosos para os negócios). Com isso Tertuliano pretende fazer saber a seu público sua posição e defender e dissuadir as autoridades romanas da inadequação e inconveniência das perseguições aos cristãos.

---

<sup>3</sup> “The term ‘Apologists’, as applied to Christian writers of the early period, denotes a series of authors who in the course of the second century composed and circulated addresses and pleas (cf. Justin, *I Apol.* 1.1) to emperors and others in public authority on behalf of their fellow Christians.”

<sup>4</sup> Há, como se sabe, Apologias famosas, muito anteriores ao século II a.C., como aquelas de Platão e Xenofonte. É preciso, no entanto, fazer uma distinção entre a Apologia de cariz grego, e a Apologética de tendência cristã.

<sup>5</sup> *Adversus Gentes pro Christianis*, provavelmente citado em Eusébio, em uma versão grega. HE 2.2.4

“Sed alio quoque iniuriarum titulo postulamus, et infructuosi in negotiis dicimur. Quo pacto homines vobiscum degentes, eiusdem victus, habitus, instructus, eiusdem ad vitam necessitatis? Neque enim Brachmanae aut Indorum gymnosophistae sumus, sylvicolae et exules vitae. Meminimus gratiam nos debere Deo Domino Creatori; nullum fructum operum eius repudiamus; plane temperamus, ne ultra modum aut perperam utamur. **Itaque non sine foro, non sine macello, non sine balneis, tabernis, officinis, stabulis, nundinis vestris, ceterisque commerciis cohabitamus in hoc saeculo.** Navigamus et nos vobiscum et militamus, et rusticamur, et mercamur, proinde miscemus artes, operas nostras publicamus usui vestro. Quomodo infructuosi videamur negotiis vestris, cum quibus et de quibus vivimus, non scio” (grifo meu)

“Mas, além disso, queixam-se de nós a título de injurias (outras) e nos acusam de sermos infrutuosos para os negócios. Mas como pode ser (dito algo assim) de homens que vivem de acordo convosco, que vivem das mesmas provisões, que possuem os mesmos hábitos, que têm da mesma educação, e dependem das mesmas necessidades para a vida? Com efeito, não somos nem (como) Brachmanes, nem como Gymnosophistas das Índias, silvícolas e exilados da vida. Nós nos recordamos de devermos graças ao Criador, Nosso Senhor. Nenhum fruto da obra d’Ele repudiamos. Moderamo-nos completamente, e não usamos (tais frutos) de um modo desmedido ou inapropriado. **Por consequência, não podemos viver convosco, neste mundo, sem um fórum, sem um mercado (de carne), sem os vossos banhos (públicos), sem as vossas tabernas, nem sem as vossas oficinas, ou sem os vossos domicílios, nem sem as vossas feiras e demais comércios** (...) Por que somos vistos como infrutuosos a vossos negócios, (exatamente) aqueles com os quais e a partir dos quais vivemos, eu não sei” (Apol. XLII, 1-3)

Para que possamos investigar melhor esta passagem é necessária, antes, uma avaliação preliminar do que se encontra em jogo. Trata-se, pois, em primeira linha de entender o papel dos interesses materiais, no campo religioso, do mundo antigo, não somente por meio das práticas cultuais em seus respectivos lugares de culto, que requeriam um ‘comportamento standard’ (e com isso uma dada mentalidade histórica assumida por determinados grupos), como W. Burkert preconizava (Burkert 1998, *passim*)<sup>6</sup> mas também por intermédio de elementos concretos da atividade religiosa como p. ex. instrumentos, edificações, oferendas etc., elementos estes que a seu turno implicavam troca, produção, consumo, distribuição etc., e que, *em nosso caso*, se relacionavam direta e indiretamente

---

<sup>6</sup> Que o autor chama de ‘praxis religiosa’.

com os grupos dos chamados *christiani*. Não se trata aqui, portanto, de se debruçar sobre a face sagrada das práticas rituais cristãs – a veneração, a prece, a purificação -, mas antes o projeto volta-se para o nível material da religião, principalmente aquele relativo à organização da atividade religiosa e à prática comercial das comunidades cristãs envolvidas que, no final do século II e ao longo do III séculos d.C. tiveram uma grande influência no desenvolvimento da crença cristã. Por outro parte, a pesquisa em tela abrange a virada do século II para o século III d.C., em torno do fim do governo de Marco Aurélio (180 d.C.), até a conclusão das chamadas ‘grandes perseguições’, que apenas findam com o edito de tolerância de Galério de 30 de abril de 311 d.C, um período marcado por *persecutiones*, em particular pelas as autoridades romanas locais, aos seguidores de Cristo.

Assim é que nos primevos escritos teológicos e na antiga literatura cristã em geral a palavra *persecutio* – ‘perseguição’ – possui um sentido muito particular: ela corresponde, no juízo daqueles que seguem as crenças cristãs, a acontecimentos bastante violentos que tiveram lugar durante quase três séculos e que opuseram cristãos, não-cristãos (pagãos) e até mesmo certos círculos judaicos (Castritius 1973, 82-95), e, simultaneamente, representava o ponto alto da *intolerância* religiosa do *Imperium Romanum* (Losehand 2009, 99-132).

Uma opinião comum entre a literatura especializada é que a história das perseguições aos cristãos nos trezentos primeiros anos pode ser dividida em três fases ou momentos (de Ste. Croix 1981, 281-287; de Ste Croix 2006, 106-107; Aland 1979, 60-246; Aubreville 2009, 415-419; Barnes 1968, 35-50; Benko 1980, 1055-1118; Flach 1999, 442-464; Frend 1981, 289-314; von Harnack 1915; Oborn 1931; Schäfke 1979, 460-723; Sherwin-White 1981, 233-273; Yanguas 1994-1995, 143-181)<sup>7</sup>. A primeira fase ou momento finda apenas pouco após o grande incêndio de Roma no anos de 64 d.C.; a segunda fase começa imediatamente após o término da primeira, ainda sob o governo de Nero (54-68) e se prolonga até meados do século III, por volta do 250 d. C. ; a terceira fase se inicia com a perseguição sob Decio, em 250-251 d. C. e termina cerca de 311-313 d.C. Em adição a estas datas, seria conveniente também levar em conta o ano de 324 d.C., considerando as ações de Licínio (308-324) contra os cristãos em seus primeiros anos de governo, até a derrota deste imperador por Constantino (306-337) no ano de 324 d.C. Sabe-se muito pouco sobre as perseguições promovidas pela autoridade romana até o ano de 64, e, consoante o juízo de muitos especialistas, não houve qualquer ‘grande perseguição’ pelo menos até Decius. Entre os anos de

---

<sup>7</sup> A divisão se encontra em G. E. M. de STE. Croix, *Christian Persecution, Martyrdom, & Orthodoxy*. Oxford, 2006, 106-107; 1915;

64 e 250 houve apenas perseguições localizadas, de abrangência bastante limitada. Mesmo que o número total de vítimas tenha sido considerável, é preciso notar que a maior parte ocorrera em períodos breves e de modo pontual. Até mesmo uma grande perseguição como aquela ao tempo de Decius durara menos de um ano, e as perseguições mais abrangentes ao tempo de Valeriano (253-260), entre os anos de 257-259, perduraram como se pode notar menos de três anos. A terceira e última onda de perseguições, também chamadas de 'Grandes Perseguições', ocorrera sob o domínio de Diocleciano (284-305) e seus corregentes (Maximiano, Galério e Constantio), a partir de 303 d.C., e foi levada a cabo durante dois anos no Ocidente, ainda que no Oriente tenha durado um pouco mais. As perseguições foram, conforme nos informam as fontes cristãs, o auge da hostilidade contra os cristãos ao longo destes três primeiros séculos, e correspondiam, na visão dos antigos autores cristãos, e também de alguns autores modernos, a uma constante atmosfera de animosidade e ameaças, que pairava sobre os seguidores da crença cristã, colocando-os em constante atenção para o fato de que a qualquer instante uma nova situação de conflito poderia irromper.

Na dinâmica da política religiosa imperial, os cristãos foram, portanto, ainda que de maneira intermitente e de modo pontual, objeto de atenção da administração romana. Inúmeras seitas e versões concorrentes da crença cristã requeriam ações administrativas das autoridades romanas, que, a seu turno, tinham que lidar com a estrutura organizacional da religião romana (em especial os cultos e ritos) em toda Roma, na península da Itália e nas províncias romanas, e cuja importância traduzia-se por serem, estes cultos e ritos, um importante elemento de integração para a estabilidade do *Imperium* (Frateantonio, 2003. 20sqq). É necessário esclarecer que um dos mais fundamentais aspectos da religião romana eram as determinações rituais nas práticas culturais. Cícero (106-43 a.C.), por exemplo, entendia a noção de *religio*, conforme podemos constatar em seu famoso escrito *De natura deorum*, como *cultus deorum* (lit. *culto dos deuses*), isto é como 'culto aos deuses', sugerindo que a palavra *cultus* seja entendida como 'exercício', 'adoração', 'cuidado' ou 'veneração' em honra aos deuses (Cícero, *De nat. deor.* II, 71-72), que, deste modo, preconiza um modo correto de agir nos ritos. "Cícero exprime com isto o entendimento romano do que é „Religião“, o qual conseqüentemente, no caso da *Religio*, tem pouco que ver com uma noção de *crer corretamente*, mas antes, principalmente, de executar as ações orientadas para os deuses de maneira correta – ou seja, não se tratava de uma *Ortodoxia*, mas antes de uma *Ortopraxia* que marcava a religião romana" (Hock 2002, 10; Sheid 1998,

124; Rüpke 2001, 114-116)<sup>8</sup>. Isto nos conduz a questões que implicavam nas condições materiais em que a Religião, por intermédio de seus ritos e cultos, se manifestava, e em particular aquando novas práticas cultuais e suas correspondentes crenças assomavam, o que em nosso caso parece se expressar por razões e interesses materiais da hostilidade romana contra a *superstitio* cristã, aliás, um tema que, apesar da imensa literatura científica, foi pouco tratado. (Oborn 1931; Plankl 1953, 54-56; Castritius 1973; Flach 1999, 455).

Nas últimas décadas, a bibliografia histórica especializada sobre o tema do Cristianismo primitivo acentua preponderantemente os aspectos religiosos, políticos e jurídicos das medidas contra os cristãos. Se mirarmos em perspectiva, a historiografia e a literatura científica, em geral, dedicada ao tema, perceberemos claramente o peso das questões jurídicas e das motivações políticas no centro das preocupações destes trabalhos. O problema da interdição da prática da religião cristã em razão de uma legislação específica ou ainda o significado da expansão do culto imperial para a hostilidade do poder romano em relação a outras crenças suscita há muito um longo e alentado debate de especialistas em torno do tema. *Grosso modo* podemos perceber, com base nas fontes primárias literárias e históricas disponíveis, quatro diferentes perspectivas em relação à crença cristã destes três primeiros séculos:

1. Uma 'seita' (*secta*) com raízes judaicas. Sob esta noção abrigam-se alguns autores não-cristãos quando se referem a cristãos e judeus, principalmente por causa dos acontecimentos relativos a ações de judeus contra Roma e das revoltas daí resultantes nos séculos I e II d.C. No contexto destes conflitos, alguns autores modernos viram a reação da autoridade romana

---

<sup>8</sup>“Cicero bringt damit das römische Verständnis von “Religion” zum Ausdruck, dem zufolge es bei der Religio weniger darum geht, richtig zu glauben, als vielmehr darum, die auf die Götter gerichteten Handlungen richtig zu vollziehen – also nicht *Orthodoxie*, sondern *Orthopraxis* kennzeichnet die römische Religion”. (grifo meu). Em relação ao ritualismo da religião romana compare: F. Jacques – J. Sheid, Rom und das Reich in der Hohen Kaiserzeit. 44 v.Chr. – 260 n.Chr. Bd I. Die Struktur des Reiches, Stuttgart – Leipzig, 1998, 124: O Judaísmo permaneceu em sua essência a Religião de *um* povo, e o Cristianismo, também por longo tempo, um fenômeno judaico. Ainda, havia estas Religiões e em todas as grandes cidades os romanos podiam encontrá-las e mesmo praticá-las. Se estes cultos, pois, estavam ligados ao sistema religioso de suas respectivas cidades ou não, eles ofereciam ao cidadão, se ele assim o quisesse, um contraste ao ritualismo tradicional, um acesso mais sensível ao Divino. Naturalmente, o sistema tradicional religioso das cidades greco-romanas teve que produzir, ao lado da Religião, a angústia e o entusiasmo passional da *superstitio*. No entanto, estes aspectos não foram condenados pelo simples motivo de que não havia qualquer *Orthodoxia* religiosa, antes somente *Orthopraxia*. “Das Judentum blieb im wesentlichen die Religion *eines* Volkes und das Christentum lange ein jüdisches Phänomen. Dennoch, es gab diese Religionen, und in allen grossen Städten konnten die Römer ihnen begegnen und sie sogar praktizieren. Ob diese Kulte nun ins religiöse System seiner Städt eingebunden waren oder nicht – diese Kulte boten dem Bürger, wenn er es wollte, einen Kontrast zum traditionellen Ritualismus, gefühlsbetonteren Zugang zum Göttlichen. Natürlich hatte das traditionelle religiöse System der griechisch-römischen Städte neben der Religion(...) die Beklemmung und die leidenschaftliche Begeisterung des Aberglaubens aufzuweisen. Aber diese Aspekte wurden nicht verdammt, aus dem einfachen Grund, dass keine religiöse *Orthodoxie* existierte, sondern nur *Orthopraxie*.”; também cf. J. Rüpke, Die Religion der Römer. Eine Einführung, München, 2001, 86 sqq. Rüpke chama isto de uma 'sintaxe' da teologia material, (“Syntax (...) ‘materieller’ Theologie”), 114-116.

como uma resposta ao 'modo de vida cristão'(Suetonius *De vit. caes.* Claudius V, 25; Origenes *Cels.* IV, 23; Galenos *De puls. diff.* II, 4 und III, 3; Tacitus *Ann.* XV, 39 sqq.; Cassius Dio *Hist. Rom.* 67, 14, 1-2; Cf. Benko, 1098-1108; Calle 1981, 197-202).

2. Uma *superstitio ex oriente*. Subsidiados por alguns elementos da liturgia das comunidades cristãs primitivas, que apresentava similaridades com a Magia e antigos cultos orientais, certos autores antigos apontavam a crença cristã como uma *superstitio nova ac malefica*. No interior desta categorização em relação às crenças cristãs divisa-se o debate de autores não cristãos em torno do problema de inserção de crentes de um modo geral na estrutura jurídica e social da religião romana. (Suetonius *De vit. caes.* Nero XVI, 2; Scriptorum Historiae Augustae *Fl. Vop.Syr.Fir. Sat. Proc. et Bon.* VII-VIII; Minucius Felix *Octav.*, 8-12; 28-29)<sup>9</sup>.
3. Um *collegium illicitum*. Desde o período republicano, rituais ditos forâneos e seus respectivos seguidores, não reconhecidos pela autoridade romana, representavam uma ameaça para a ordem pública. Se, então, comunidades de crentes e seus oficiantes executassem ofícios religiosos não-autorizados, perpetrando infâmias (*flagitia*), seus seguidores eram tomados como conspiradores. Esta foi, por exemplo, a suspeita que recaiu sobre parte da população romana por ocasião do incêndio no ano de 64. Tal infâmia abalava a *pax deorum* e ameaçava o poder do César. (Plinius *Epist.* X, 96-97; Tacitus *Ann.* XV, 39 sqq.)<sup>10</sup>.
4. Uma das novas religiões de mistério de então. A descrição do cristianismo primitivo de Luciano (120-180 d.C.) como uma *kainé teleté*, isto é, como um *Mysterium* no sentido oriental, fazia equiparar o movimento cristão às antigas tradições pagãs (Lucian. *42 Alex. siv. Pseud.* 25; 38; Cf. Benko, 1093-1097)<sup>11</sup>.

As diferenças de opinião refletem-se, na literatura moderna, em inúmeras interpretações, que, em sua grande maioria, dizem respeito às relações do poder central romano perante as comunidades cristãs, sem que importantes fatores sejam observados. Este é caso, por exemplo, das diferenças entre a administração central e local e a relativa autonomia da Religião e do Culto em relação à autoridade romana central, ou ainda da diferenciação entre *doxa* e *praxis*, e o

---

<sup>9</sup> Suet. *Nero*, XVI, 2. Scriptorum Historiae Augustae. *FLAVI VOPISCI SYRACUSII FIRMUS SATURNINUS PROCULUS ET BONOS(us)*, VII-VIII. Neste texto, os cristãos são descritos como '*devoti Serapi*'. (devotos de Serapis)

<sup>10</sup> Plinius o Jovem, *Epist.* X, 96-97, nomeia a seita dos cristãos de *hetaerias*; cf. Tac. *Ann.* XV, 39 sqq.;

<sup>11</sup> Luciano de Samosata (120-180 d.C.) *Alexander sive Pseudopropheta* XXV; XXXVIII A.M. Harmon, 1936, Cambridge, Harvard, 1936. Comentário de S. Benko, *op.cit.* -1093-1097.

pluralismo religioso no que tange à crença cristã. Se buscarmos respostas acerca do tema das motivações das perseguições em recentes trabalhos monográficos, surgem com muita frequência razões jurídicas e políticas como subtexto. Deste modo encontram-se no centro das atenções de parte da literatura especializada os fundamentos jurídicos das perseguições e suas consequências para o futuro da crença cristã.

Nas sociedades antigas a Religião era uma parte essencial da vida cotidiana. Em Roma a atenção ao sagrado fazia parte da estrutura administrativa do Estado. Os sacerdotes eram funcionários do Estado e a consequente expansão do Estado romano trazia sempre o desafio da entrada de novos deuses e cultos e sua interação com a religião e a prática cultural preexistente: “Com a expansão do Estado romano, o círculo das divindades veneradas em Roma também se alargou. Novos elementos estrangeiros introduziram-se no culto nativo e o objeto de veneração divina era, com isso, para diferentes momentos também *diverso*”<sup>12</sup> (Marquardt, 1878: pg. 03). A esfera religiosa era constantemente instada a um diálogo permanente com outras esferas da vida na sociedade romana e não era outro o caso da Economia. Por isso, partimos do pressuposto de uma profunda interdependência entre Religião e Economia que obviamente tinha influências na Mentalidade, na Arte, na *praxis* religiosa, entre outras, mas não implicavam, uma *escolha-racional*, do tipo atribuída ao *homo oeconomicus* na esfera religiosa (Koch, 2007: pg. 50).

No caso específico da passagem supracitada do *Apologeticum* (Apol. XLII) ela nos oferece o alcance da presença cristã nas atividades econômicas da vida cotidiana romana. Ainda que se trate de um discurso cujos ouvintes fossem provavelmente cartagineses, Tertuliano fala em termos universais, aos sacerdotes, *antistites*<sup>13</sup>, aos defensores, *praesides*<sup>14</sup>, ao povo em geral, *ad populum*<sup>15</sup>, ou seja, ao conjunto da comunidade romana. O fórum, o mercado (de carne), os banhos (públicos), as tabernas, as oficinas, domicílios, as feiras e demais comércios constituíam aspectos basilares das economias locais, regionais e supra-regionais. E aqui não se trata apenas de atividades de consumo, mas de atividades produtivas ligadas a vida cidadina em expansão. Em ambos os casos, a movimentação de mercadorias e a mobilização de mão-de-obra sustinham as comunidades locais e contribuía direta ou indiretamente para a tributação e exação de valores e sobre-

---

<sup>12</sup> (grifo meu) “mit der Erweiterung des römischen Staates erweiterte sich aber auch der Kreis der in Rom verehrten Gottheiten, immer neue fremde Elemente drangen in den einheimischen Cultus ein und das Object der Gottesverehrung war somit für verschiedene Zeiten ein verschiedenes”.

<sup>13</sup> Apol. I, 1.

<sup>14</sup> Apol. II, 13; 30, 7; 50, 12.

<sup>15</sup> Apol. IX, 6 (IX, 3).



trabalho tão caras a manutenção, por exemplo, dos templos e de seus oficiantes. O próprio Tertuliano aponta a importância deste aspecto:

“‘Certe’, inquitis, templorum vectigalia quotidie decoquunt: stipes quotusquisque iam iactat? Non (enim) sufficimus et hominibus et diis vestris mendicantibus opem ferre, nec putamus aliis quam petentibus impertiendum.<sup>5</sup> Denique porrigat manum Iupiter et accipiat, cum interim plus nostra misericordia insumit vicatim, quam vestra religio templatim. Sed et caetera vectigalia gratias Christianis agent ex fide dependentibus debitum, qua alieno fraudando abstinemus, ut, si ineatur quantum vectigalibus publico pereat fraude et mendacio vestrarum professionum, facile ratio haberi possit, unius speciei querela compensata pro commodo caeterarum rationum”

“Certamente”, dizei vós, “arruinam-se quotidianamente as contribuições\impostos dos templos” Quão poucos ainda atiram oferendas lá? Nós não somos, pois, capazes de suprir com recursos a homens e, ao mesmo tempo, a vossos deuses mendicantes, nem acreditamos que devemos doar\partilhar coisas a outros, salvo àqueles que (nos) pedem. Portanto, que Jupiter estenda a mão e compreenda\aceite que nossa misericórdia despense mais durante um momento de rua em rua do que a vossa religião de templo em templo. Também seus outros tributos\impostos\contribuições devem dar graças aos cristãos que com fidelidade\retidão\consciência\lealdade pagam a quem é de direito o que é devido, pelo que abstermo-nos da alienação (de bens) de maneira fraudulenta, de sorte que se fosse feito o cálculo de quanto em relação ao tributo some\desaparece por meio de fraude e por mentira de vossas declarações censitárias\fiscais (declarações públicas), sendo que facilmente um outro cálculo poderia ser feito, e então um queixume de um único caso seria (com tranquilidade) compensado pelo lucro com os cálculos restantes”.

Em relevo o ponto mais delicado de toda controvérsia até aqui descrita: o papel central que a religiosidade e, por extensão, a Religião, cristã ou romana, possuem no interior daquelas atividades econômicas, responsáveis por gerar produtos, fazer circular mercadorias, criar um mercado de crédito (e de débito), taxar e tributar etc. Ao não convergirem, ao contrário, divergirem, em seus aspectos mais essenciais, frisando exatamente o que os diferencia, Tertuliano aponta as roturas e deficiências dentro do sistema sócio-econômico do império romano, deficiências estas capazes de interferir no dinamismo econômico e de levar à esterilidade (daí *infructuosi*) das atividades econômicas. É importante, no entanto, não exagerarmos no peso ou mesmo na relação causal que os *christiani* tiveram nesta interferência. Por outro lado, não se pode ignorar a relação das

atividades econômicas para com a Religião, capaz de retroalimentá-la e de cuja vitalidade ela, a Religião, era dependente.

O excerto delinea a relação frágil que se desenvolve entre os crentes cristãos, de uma crença cristã, diga-se de passagem, ainda incipiente, e as autoridades romanas, apontando seus limites e contradições. Tertuliano tem a clara consciência de que esta delicada coexistência fundamenta-se em uma postura que deita suas raízes na crença (*Sed et caetera vectigalia gratias Christianis agent **ex fide** dependentibus debitum*) e que esta possui um enorme alcance, muito além das práticas religiosas romanas (*cum interim plus nostra misericordia insumit vicatim, quam vestra religio templatim*). Toda a passagem descreve com riqueza de detalhes a interdependência íntima da *Religio* com a manutenção das atividades religiosas da *Res Publica* a ponto de o autor, com ousadia, acusar as autoridades romanas, no fim do II e no início do III séculos d.C. de fraude e insinuar a malversação de recursos.

#### **À guisa de conclusão**

O supracitado contexto da política religiosa imperial produziu uma significativa quantidade de textos jurídicos e administrativos, de distintas proveniências e de diferentes calibres, que em razão de sua importância são considerados parte fundamental da pesquisa sobre as perseguições aos cristãos. Em primeiro lugar, trata-se de se considerar os textos jurídicos (compilações de leis, *libelli*, mas também testemunhos epigráficos e literários (Barnes 1968, 32-50; Keresztes 1975, 81-95; Lefèvre 2009, 176). Neste sentido, surge uma tendência da historiografia atual, que ao lado das questões tão características da primeira fase como a de *ser cristão (nomen ipsum)*, frisa os problemas relativos a jurisprudência quanto às acusações lançadas contra as comunidades cristãs, tão marcantes, na segunda e, em especial, terceira fases (Saumagne und Meslin 1979, 177; Sordi 1979, 340-374; Keretsztes 1979, 375-386). Além das importantes informações sobre a política religiosa romana, estes documentos fornecem eventualmente dados sobre a realidade das comunidades a partir do ponto de vista da autoridade romana. Neste documentos, salta aos olhos, por exemplo, o conflito entre o culto imperial e a expansão do cristianismo, bem como as tensões surgidas a partir dos diferentes interesses que envolviam o alargamento do culto imperial nestes períodos (Jones 1980, 1023-1054). No entanto, os fatores econômicos e seus efeitos para *démarche* dos acontecimentos subseqüentes carecem ainda de um aprofundamento em termos de pesquisa (Brent 1999; Pankiewicz 1998, 61-72), sem falar da avaliação de alguns autores, cujas conclusões acerca das motivações econômicas da perseguição aos cristãos soam bastante controversas (Turcan 1978, 1075;

Aubreville 2009, 427)<sup>16</sup>. Pouco ou quase nada se fala dos efeitos econômicos que estas perseguições implicavam no campo do funcionamento das religiões, de seu financiamento, das funções de seus oficiantes e seguidores e dos produtos que circulavam no comércio local, regional e supra-regional ligados às atividades religiosas<sup>17</sup> (Duncan-Jones, 1990: pp 30sq.; Fulford, 2009: 250-258), tão bem sintetizada na defesa de Tertuliano (160-220 d.C.) contra a pecha de que os cristãos eram *infructuosi in negotiis*<sup>18</sup>; menos ainda observa-se, na bibliografia moderna, avaliações sobre o impacto destas perseguições nas atividades socioeconômicas que envolviam as peregrinações, as festas e jogos locais e as práticas ligadas às oferendas e aos sacrifícios, principalmente no que tange à reação dos cristãos perante os *spectacula* e os *sacra publica* (Rüpke 2001, 151-153). No que diz respeito a certas atividades ou serviços executados por cristãos, muito pouco se vê na moderna literatura do que estava em jogo quanto ao repúdio e mesmo oposição dos cristãos contra certas tarefas e funções (Schäfer 1979, 460-723; Romani 2005). Questões fundamentais sobre a religião romana na esfera socioeconômica e sua relação com as crenças cristãs deste período são pouco encontradas na literatura moderna especializada (Marquardt 1876, 76, 231-232)<sup>19</sup>. Aqui não é o

<sup>16</sup> Consoante a opinião de R. Turcan, in: R. Turcan - Le Culte Impérial au IIIe. Siècle, in: H. Temporini W. Haase, Aufstieg und Niedergang der römischen Welt. II, 16, 2. BERLIN-NEW YORK, 1978. S. 996-1084. esp. 1075, os atos contra os cristãos não passaram de "tragique malentendu" (trágico mal-entendido) de ambos os lados (romano e cristão). Cf. Ph. Aubreville, Zur Motivation der tetrarchischen Christenverfolgungen. Zeitschrift für Antikes Christentum. Vol. 13, 3, 2009, 415-429; conforme este autor a perseguição se devia a uma estratégia do mundo romano em reforçar sua própria identidade: "*Identitätsstärkung durch die Ausgrenzung von "Fremdkörpern, (...). Die Herausbildung des "Fremdes" durch die Verfolgung der Christen wäre ein gerade in der Tetrarchie nicht unwichtiger Stabilisierungsfaktor gewesen*", pg. 427. (A construção da noção de 'estrangeiro' por meio da perseguição aos cristãos no momento da Tetrarquia não seria teria sido um fator de estabilidade de sobremenos importância)

<sup>17</sup> Em relação à abrangência das atividades econômicas vale a pena conferir os trabalhos de R. Duncan-Jones – Structure and Scale in the Roman Economy. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990, principalmente cap.02, pp. 30 sqq., em que autor defende a tese de três zonas de análise para a atividade econômica: local, regional e comércio de longa distância, incluindo aí o papel da moeda e seu alcance geográfico e a de M. Fulford – *Approaches to Quantifying Roman Trade: Response*. (trata-se de uma resposta ao trabalho de A. Wilson e o volume traz ainda uma réplica de W. Harris) In: A. Bowman & A. Wilson (eds.) – Quantifying the Roman Economy. Methods and Problems. Oxford: Oxford Univ. Press, 2009. Pp.250-258, sobre a assimetria existente entre o comércio (e o consumo) praticado em zonas costeiras e aquele realizado no interior das regiões sob domínio romano.

<sup>18</sup> Tert. *Apolog.* 42 sqq. Também em Irenaeus (III, 17, 3). Cf. a opinião de A. von Harnack, Mission und Ausbreitung des Christentums in den ersten drei Jahrhunderten, Bd. I, Leipzig, 1915, 470.

<sup>19</sup> Cf., surpreendentemente, o livro de J. Marquardt, de 1876, vol. V, Tomo II, é dedicado ao tema em seus detalhes. J. MARQUARDT Römische Staatsverwaltung. Handbuch der römischen Alterthümer. Bd. V, II, Leipzig, 1876, 76: "A pesquisa sobre a Administração dos romanos, em relação aos quais nós agora avançamos, tem que se ocupar com três questões: Primeira: quais eram as necessidades do Estado? Segunda: a partir de quais perspectivas estas mesmas necessidades foram custeadas? De qual tipo era a gestão daquele que administrava os recursos? Para responder a estas perguntas, os autores antigos oferecem abundante material, visto que a administração do Estado era conduzida com diligência e no período e também os levantamentos estatísticos eram bastante abrangentes". "Die Untersuchung über den Staatshaushalt der Römer, zu welcher wir jetzt übergehen, hat sich mit drei Fragen zu beschäftigen. Erstens: Welches waren die Bedürfnisse des Staates? Zweitens: Aus welchen Einnahmen wurden dieselben bestritten? Welcher Art war die Verwaltung der Staatsgelder? Zur Beantwortung dieser Fragen stand den Schriftstellern des Alterthums ein reiches Material zu Gebote, da die Staatsrechnungen mit Sorgfalt geführt und in der Kaiserzeit auch die statistische Erhebungen in grossem Umfange gemacht wurden".

caso de se perguntar sobre os *custos* da Religião romana (Rüpke 2005, 1457-1471)<sup>20</sup>. Trata-se antes de examinarmos as *necessidades* e condições materiais nas quais novos movimentos de ideias e crenças, ligadas aos Cristianismo, se desenvolveram em oposição ao sistema de poder constituído, em especial no III século d.C.

Esta perspectiva abre-nos a possibilidade de perguntar não somente sobre as relações entre Estado e Religião, mas também sobre as unidades sociais responsáveis pelas atividades produtivas no *Imperium Romanum*. Até que ponto houve um impacto sobre a produção de objetos de luxo e de arte para os templos ou outros locais de culto, ou mesmo sobre gêneros de subsistência em regiões onde o Cristianismo se expandiu? Quais eram os interesses materiais de determinados grupos ou mesmo de associações ao tempo das perseguições? Qual o significado que as doações e as 'esmolas' tiveram no auxílio de viúvas, órfãos e perseguidos? Qual o papel que esta *economia ecclesiastica elemosina*, no dizer de Mazzarino, representou para o fisco e a administração romanas (Cyprianus *De oper. et eleem., passim*; Hippolytos *Ref. omn. haer.* IX; Mazzarino 1999, 451-469)<sup>21</sup>?

#### FONTES PRIMÁRIAS

CYPRIAN von Karthago - Über gute Werke und Almosen (De opere et eleemosynis). Des heiligen Kirchenvaters Caecilius Cyprianus sämtliche Schriften / aus dem Lateinischen übers. von Julius Baer. (Bibliothek der Kirchenväter, 1. Reihe, Band 34) München: 1918.

Cassius Dio, *Hist. Rom.* 67, 14, 1-2;

Cyprianus Carthaginensis *De opere et eleemosynis*; Documenta Catholica Omnia De Ecclesiae Patribus Doctoribusque Migne Patrologia Latina Disponível em: [http://www.documentacatholicaomnia.eu/04z/z\\_02000258\\_Cyprianus\\_Carthaginensis\\_Liber\\_de\\_Opere\\_et\\_Eleemosynis\\_MLT.pdf.html](http://www.documentacatholicaomnia.eu/04z/z_02000258_Cyprianus_Carthaginensis_Liber_de_Opere_et_Eleemosynis_MLT.pdf.html)

Eusebius von Cäsarea – Kirchengeschichte (Historia Ecclesiastica). Eusebius, Ausgewählte Schriften Band II: Kirchengeschichte. Aus dem Griechischen übersetzt von Phil. Häuser. (Bibliothek der Kirchenväter, 2. Reihe, Band 1) München 1932.

Galeno de Pergamon (129 – morto talvez em 216 d. Cr.) *De pulsuum differentiis III, 3.*;

Hippolytus Romanus *Refutatio omnium haeresium*. Edição Paul Wendland. Leipzig 1916. Hildelsheim; Nova Iorque: Olms, 1977.;

Irenaeus (III, 17, 3).

---

<sup>20</sup> Uma apresentação resumida da polémica sobre os custos do culto romano encontra-se in: J. Rüpke, Zur Ökonomie römischer Priesterschaften, in: Rüpke, Fasti sacerdotum. Die Mitglieder der Priesterschaften und das sakrale Funktionspersonal römischer, griechischer, orientalischer und jüdisch-christlicher Kulte in der Stadt Rom von 300 v. Chr. bis 499 n. Chr. Teil 3: Quellenkunde und Organisationsgeschichte. Bibliographie. Register, Stuttgart, 2005, 1457-1471.

<sup>21</sup> Uma importante contribuição para a discussão do papel das esmolas e doações na vida econômica romana imperial, baseado na obra de Cipriano - *De opere et eleemosynis* -, encontra-se in: S. Mazzarino, Le due economie: la statale e l'ecclesiastica. La banca, l'elemosina e il fisco. "L'epoca di Ippolito" e le "persecuzioni" contro i Cristiani, in: ders. - L'Imperio romano. Vol. 2, Roma-Bari, 1999, 451-469. Vgl. auch Mazzarinos Kommentare zu Kallistos Episode (Hipp. *Refutatio omnium haeresium* IX).

- Knopf, D. Rudolf (Hrg.) – Ausgewählte Märtyrereakten. 3. Aufl. Neubearbeitete von D. Dr. G. KRÜGER. Tübingen: Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1929.
- Laktanz – De mortibus persecutorum. Die Todesarten der Vervolger. Übersetzt und Eingeleitet von A. Städele. Fontes Christiani. Bd. 43. Turnhout: Brepols Publishers, 2003.
- Lucianus Samosatensis (120-180 d.C.) *Alexander sive Pseudopropheta* XXV; XXXVIII. Trad. E Com. de A.M. Harmon. Vol. IV. 1936, Loeb Classical Library Cambridge: Harvard Univ. Press, 1961.
- C. Plinius Caecilius Secundus - Epistolae – Sämtliche Briefe – Lateinisch\Deutsch. Trad. H. Philips e M. Giebel. Stuttgart: Philipp Reclam jun., 2010.
- Origenes *Contra Celsum* IV, 23. Comentado em detalhes por S. Benko, *op. cit.*, 1098-1108;
- Scriptores Historiae Augustae. Flavi Vopisci Syracusii (Scriptores Historiae Augustae. Vol. 2, ed. E. Hohl, 1965).
- C. Suetonius Tranquillus. De Vita Caesarum (C. Suetoni Tranquilli Opera. Vol. 1, ed. M. Ihm, 1908).
- Suetonius, *Claudius* ed. J. Mottershead. Bristol: Bristol Classical Press, 1986
- Suetonius, *Nero* ed. B.H. Warmington. London: Bristol Classical Press, 1999
- Cornelius Tacitus. Annales (Cornelii Taciti Annalium Ab Excessu Divi Augusti Libri, ed. C. D. Fisher, 1906). Tacitus. Oxford: Oxford Clarendon Press Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis, 1906.
- Q.S.FI. Tertullianus – Apologeticus Adversus Gentes pro Christianis, **Documenta Catholica Omnia De Scriptoribus Ecclesiae Relatis Migne. Patrologia Latina** Disponível em: [http://www.documentacatholicaomnia.eu/04z/z\\_0160-0220\\_Tertullianus\\_Apologeticus\\_Adversos\\_Gentes\\_Pro\\_Christianis\\_MLT.pdf.htm](http://www.documentacatholicaomnia.eu/04z/z_0160-0220_Tertullianus_Apologeticus_Adversos_Gentes_Pro_Christianis_MLT.pdf.htm) provavelmente citado em Eusébio, em uma versão grega.HE 2.2.4
- TERTULIAN – Apologetikum (Apologeticum). Tertullian, Apologetische, Dogmatische und Montanistische Schriften. Übersetzt von Heinrich Kellner (Bibliothek der Kirchenväter, 1. Reihe, Band 24) Kempten München, 1915.

#### FONTES SECUNDÁRIAS

- ALAND, KURT – Das Verhältnis von Kirche und Staat in der Frühzeit. In: HAASE, WOLFGANG und TEMPORINI, HILDEGARD. Aufstieg und Niedergang der römischen Welt – Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung. II, Bd. 23, I Halbband. Religion (vorkonstantinisches Christentum: Verhältnis zu römischem Staat und Heidnische Religion). Berlin. New York. Walter de Gruyter, 1979. 60-246.
- AUBREVILLE, PHILIP - Zur Motivation der tetrarchischen Christenverfolgungen. Zeitschrift für Antikes Christentum. Vol. 13, 3, S. 415–429, 2009.
- BARNES, T. D. – Legislation against the Christians. The Journal of Roman Studies. Vol. 58, 1968. S. 32-50.
- BENKO, STEPHEN – Pagan Criticism of Christianity during the First Two Centuries. A. D. . In: HAASE, WOLFGANG und TEMPORINI, HILDEGARD. Aufstieg und Niedergang der römischen Welt – Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung. II, Bd. 23, II Halbband. Religion (vorkonstantinisches Christentum: Verhältnis zu römischem Staat und Heidnische Religion. Forts.). Berlin. New York. Walter de Gruyter, 1980 1055-1118.
- BRENT, ALLEN – Hippolytus and the Roman Church in the Third Century. Communities in the tension before the emergence of a monarch-bishop. Leiden; New York; Köln: E. J. Brill, 1995.
- BURKERT, WALTER – Kulte des Altertums. Biologische Grundlagen der Religion. Munich: C.H. BECK, 1998.

- La CALLE, FERNANDO GASCÓ – El Silencio sobre los cristianos en la Historia Romana de Casio Dion. *Habis*, 12, 1981. 197-202.
- CASTRITIUS, HELMUT – Materiell-ökonomische Hintergründe der Christenverfolgungen im römischen Reich. In: Castritius, H; Lotter, F. Meyer, H; Neuhaus, H. – Herrschaft, Gesellschaft, Wirtschaft. Geschichtsbetrachtung unter didaktischem Aspekt. Darstellungsband. Donauwörth: Verlag Ludwig Auer, 1973
- DUNCAN-JONES, R. - Structure and Scale in the Roman Economy. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990, principalmente cap.02, pp. 30 sqq.,
- FLACH, DIETER – Die römischen Christenverfolgungen. Gründe und Hintergründe. *Historia. Zeitschrift für Alte Geschichte*. Band XLVIII, H.4, S. 442-464, 1999.
- FRATEANTONIO, CHRISTA – Religiöse Autonomie der Stadt im Imperium *Romanum*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003.
- FREND, W. H. C. – *El fracaso de las persecuciones en el imperio romano*. In: FINLEY, M. I. (Ed.) – Estudios Sobre Historia Antigua. Trad. R. López. Madrid: Akal, 1981. S.289-314.
- FULFORD, M. – *Approaches to Quantifying Roman Trade: Response*. (trata-se de uma réplica ao trabalho de A. Wilson e o volume traz ainda uma tréplicade W. Harris) In: A. Bowman & A. Wilson (edits.) – Quantifying the Roman Economy. Methods and Problems. Oxford: Oxford Univ. Press, 2009. Pp.250-258,
- HARNACK, ADOLF – Geschichte der altchristlichen Litteratur bis Eusebius. Zwei Bände. Leipzig: J. C. Hinrich'sche Buchandlung, 1893-1897-1904.
- HARNACK, A. – Mission und Ausbreitung des Christentums in den ersten drei Jahrhundert. Leipzig: Hinrich, 1915.
- KERESZTES, P. Two Edicts of the Emperor Valerian, *Vigiliae Christianae* 29, 1975, 81-95.
- KOCH, A. - Zur Interdependenz von Religion und Wirtschaft – Religionsökonomische Perspektiven. In: Martin Held, Gisela Kubon-Gilke, Richard Sturn (Orgs.). *Ökonomie und Religion. Jahrbuch Normative und institutionelle Grundfragen der Ökonomik Bd. 6. Metropolis*, 2007
- LEFÈVRE, E. Vom Römertum zum Ästhetizismus, Studien zu den Briefen des jüngeren Plinius. Beiträge zur Altertumskunde. Bd. 269. Berlin-New York, 2009, 176.
- MARQUARDT, JOACHIM – Römische Staatsverwaltung. Handbuch der römischen Alterthümer. Bd. V, II. Leipzig:Verlag von S. Hirzel, 1876.
- \_\_\_\_\_ – Römische Staatsverwaltung. Handbuch der römischen Alterthümer. Bd. VI, III. Leipzig:Verlag von S. Hirzel, 1878.
- MAZZARINO, SANTO – *Le due economie: la statale e l'ecclesiastica. La banca, l'elemosina e il fisco. "L'epoca di Ippolito" e le "persecuzioni" contro i Cristiani*. In: Ders. – L'Imperio romano. Vol. 2. Roma-Bari: Editori Laterza, 1999. S.451-469.
- NEUMANN, KARL JOHANNES – Hippolytus von Rom in seiner Stellung zu Staat und Welt. Neue Funde und Forschungen zur Geschichte von Staat und Kirche in der römischen Kaiserzeit. Leipzig: Verlag von Veit & Comp., 1902.
- NORRIS, RICHARD. A., Jr – The Apologists. In: F. Young, L. Ayres & A. Louth (edits.) - Early Christian Literature. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Pp. 36-44.
- OBORN, GEORGE THOMAS – Economic Factors in the Decian-Valerian Persecutions. A Part of a Dissertation submitted to the Faculty of the Divinity School in Candidacy for the Degree of Doctor of Philosophy. Department of Church History. (Reprinted from Church History. Vol. II, nr. 02, 1933). Chicago: University of Chicago. 1931. Diese kleine Schrift hat 13 Seiten. Die Dissertation selbst habe ich nicht gefunden.
- PANKIEWICZ, RYSZARD – Der Hl. Cyprian als Finanz- und Vermögensverwalter. Anmerkungen zu Geldangelegenheiten der afrikanischen Kirche um die Mitte des 3. Jhs. N. Chr. *POMOERIUM* 3, (1998). 61-72.

PLANKL, WILHELM – Wirtschaftliche Hintergründe der Christenverfolgungen in Bithynien. *Gymnasium. Zeitschrift für Kultur der Antike und humanistische Bildung.* 60, Heft I, 1953. S. 54-56.

ROMANI, GIORGIO – *LABOR CHRISTIANUS* nei primi secoli. Tesis Doctoral. Facultad de Teología de la Universidad de Navarra. Pamplona, 2005

RÜPKE, JÖRG – Die Religion der Römer. Eine Einführung. München: Verlag. C. H. Beck, 2001.

RÜPKE, JÖRG – Zur Ökonomie römischer Priesterschaften. In: *Fasti sacerdotum. Die Mitglieder der Priesterschaften und das sakrale Funktionspersonal römischer, griechischer, orientalischer und jüdisch-christlicher Kulte in der Stadt Rom von 300 v. Chr. bis 499 n. Chr. Teil 3: Quellenkunde und Organisationsgeschichte. Bibliographie. Register.* Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2005.

SAUMAGNE, CHARLES B.; MESLIN, MICHEL – De la légalité du Procès de Lyon de l'année 177. In In: HAASE, WOLFGANG und TEMPORINI, HILDEGARD. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt – Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung.* II, Bd. 23, I Halbband. Religion (vorkonstantinisches Christentum: Verhältnis zu römischem Staat und Heidnischer Religion). Berlin. New York. Walter de Gruyter, 1979.

SCHÄFKE, WERNER – Frühchristlicher Widerstand. In: HAASE, WOLFGANG und TEMPORINI, HILDEGARD. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt – Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung.* II, Bd. 23, I Halbband. Religion (vorkonstantinisches Christentum: Verhältnis zu römischem Staat und Heidnischer Religion). Berlin. New York. Walter de Gruyter, 1979. 460-723.

SHERWIN-WHITE, A. N. – *Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? Una correction.* In: FINLEY, M. I. (ed.) – *Estudios Sobre Historia Antigua.* Trad. R. López. Madrid: Akal, 1981. S. 275-280;

de STE. CROIX, G. E. M – *Christian Persecution, Martyrdom, & Orthodoxy.* Oxford: Oxford University Press, 2006.

de STE CROIX, G. E. M. – *Por que fueron Perseguidos los primeros cristianos?* In: FINLEY, M. I. (ed.) – *Estudios Sobre Historia Antigua.* Trad. R. López. Madrid: Akal, 1981. S. 233-273.

de STE CROIX, G. E. M. – *Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? Una replica.* FINLEY, M. I. (ed.) – *Estudios Sobre Historia Antigua.* Trad. R. López. Madrid: Akal, 1981. S. 281-287.

STORNILO, IVO; BALANCIN, EUCLIDES M. (Hrsg). *Didaqué: o catecismo dos primeiros cristãos para as comunidades de hoje.* 16<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

TURCAN, ROBERT - Le Culte Impérial au III<sup>e</sup>. Siècle. In: TEMPORINI, HILDEGARD; HAASE, WOLFGANG - *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt.* II, 16, 2. BERLIN\NEW YORK: WALTER DE GRUYTER, 1978.

WILPERT, JOSEPH – *Prinzipienfragen der christlichen Archäologie mit besonderer Berücksichtigung der "Forschungen" von Schultze, Hasenclever und Achelis.* Freiburg im Breisgau: Herder'sche Verlagshandlung, 1889.

YANGUAS, NARCISO SANTOS – Decio y la Persecución Anticristiana. *Memorias de Historia Antigua XV-XVI,* 1994-1995. S. 143-181.